

HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Termo de Referência 58/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Status

CONCLUIDO

Editado por

FABIO GIL LOPES SILVA

Atualizado em

26/04/2026 19:37 (v 0.5)

58/2025

160351-HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

33/2025

Processo Administrativo

64593.007557/2024-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição / Especificação	Catmat	Unidade / Medida	Qtd	Qtd Total	Valor Unitário	Valor Total
1	ACETAZOLAMIDA 250 mg	278283	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,85	R\$ 510,00
2	ACICLOVIR 250 mg	268374	F/A	500	500	R\$ 7,99	R\$ 3.995,00
3	ALFENTANILA 0,5mg/mL ampola em embalagem estéril individual, estojo individual	268378	AMP 5ML	300	300	R\$ 21,95	R\$ 6.585,00
4	AMINOFILINA 100MG	267511	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,22	R\$ 110,00
5	AMINOFILINA 24 mg/mL	292402	AMP 10ML	1000	1000	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
6	AMIODARONA 200 mg	267510	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,45	R\$ 450,00
7	AMPICILINA 1 G	268207	FR AMP	600	600	R\$ 2,26	R\$ 1.356,00
8	ATRACÚRIO 10MG/ML	268396	AMP 2,5ML	300	300	R\$ 22,49	R\$ 6.747,00

9	BAMIFILINA 600MG	272027	DRAGEA	500	500	R\$ 2,79	R\$ 1.395,00
10	BECLOMETASONA 400MCG /ML	267907	FRASCO 2ML	100	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
11	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%	268222	AMP 10ML	1000	1000	R\$ 1,55	R\$ 1.550,00
12	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%	268222	BOLSA 250ML	500	500	R\$ 23,50	R\$ 11.750,00
13	BIPERIDENO 2MG	270140	COMPRIMIDO	200	200	R\$ 0,50	R\$ 100,00
14	BIPERIDENO 5MG	270138	AMP 1ML	300	300	R\$ 3,31	R\$ 993,00
15	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUCAO ORAL	269956	FRASCO 20ML	100	100	R\$ 3,40	R\$ 340,00
16	BUDESONIDA 0,25MG/ML	273893	FRASCO 2ML	300	300	R\$ 11,47	R\$ 3.441,00
17	BUPIVACAÍNA (ISOBÁRICA) 5MG/ML ampola em embalagem estéril individual, estojo individual, para uso espinhal	269572	AMP 4ML	600	600	R\$ 10,99	R\$ 6.594,00
18	BUPIVACAÍNA + GLICOSE (PESADA) 0,5% + 4% ampola em embalagem estéril individual, estojo individual, para uso espinhal	270095	AMP 4ML	600	600	R\$ 7,80	R\$ 4.680,00
19	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	267621	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,35	R\$ 210,00
20	CEFALOTINA 1G	445915	FR AMP	2000	2000	R\$ 7,50	R\$ 15.000,00
21	CICLOPENTOLATO 1% COLÍRIO	272134	FR 5ML	30	30	R\$ 10,70	R\$ 321,00
22	CIPROFLOXACINO 3,5% COLÍRIO	331158	FR 5ML	30	30	R\$ 24,90	R\$ 747,00
23	CIPROFLOXACINO 400MG	292418	BOLSA 200ML	2000	2000	R\$ 18,00	R\$ 36.000,00

24	CIPROFLOXACINO + DEXAMETASONA 0,35% + 0,1% COLÍRIO	460884	FR 5ML	30	30	R\$ 12,37	R\$ 371,10
25	CITALOPRAM 20MG	272903	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 1,42	R\$ 1.420,00
26	CLONAZEPAM 0,5MG	270118	COMPRIMIDO	3000	3000	R\$ 0,20	R\$ 600,00
27	CLONIDINA 0,150MG	340206	AMP 1ML	600	600	R\$ 6,30	R\$ 3.780,00
28	CLONIDINA 0,1MG	272043	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,50	R\$ 500,00
29	CLORETO DE POTÁSSIO 600MG	268233	DRÁGEA	300	300	R\$ 0,90	R\$ 270,00
30	CLORPROMAZINA 25MG	267635	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,35	R\$ 105,00
31	CLORPROMAZINA 25MG	267635	AMPOLA 5 mL	300	300	R\$ 3,46	R\$ 1.038,00
32	CLORPROMAZINA 40 MG/ML	340207	FRASCO 20 ML	50	50	R\$ 8,31	R\$ 415,50
33	DIFENIDRAMINA 50MG/ML	272217	AMP 1ML	1000	1000	R\$ 23,00	R\$ 23.000,00
34	DILTIAZEM 90MG	267571	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 3,01	R\$ 1.806,00
35	DIMENIDRATO + B6 50MG /ML + 50MG/ML	272334	AMP 1ML	500	500	R\$ 8,81	R\$ 4.405,00
36	DIPIRONA 500MG/ML	268252	GOTAS FRS 10ML	1000	1000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
37	EFEDRINA 50MG/ML	287687	AMP 1ML	1000	1000	R\$ 10,60	R\$ 10.600,00
	ENOXAPARINA 60MG/0,6ML SERINGA PRE-ENCHIDA GRADUADA COM SISTEMA DE SEGURANÇA (medicamento destinado para: Tratamento da trombose venosa profunda com ou sem embolia pulmonar; Profilaxia do tromboembolismo venoso, em particular aqueles associados à cirurgia ortopédica ou à cirurgia						

38	geral; Profilaxia do tromboembolismo venoso em pacientes acamados devido a doenças agudas incluindo insuficiência cardíaca, falência respiratória, infecções severas e doenças reumáticas; Prevenção da formação de trombo na circulação extracorpórea durante a hemodiálise. Com dispositivo de segurança)	448982	SERINGA PREENCHIDA 0,6ML	2000	2000	R\$ 25,90	R\$ 51.800,00
39	ENOXAPARINA 80 MG/0,8ML SERINGA PREENCHIDA GRADUADA COM SISTEMA DE SEGURANÇA (medicamento destinado para: Tratamento da trombose venosa profunda com ou sem embolia pulmonar; Profilaxia do tromboembolismo venoso, em particular aqueles associados à cirurgia ortopédica ou à cirurgia geral; Profilaxia do tromboembolismo venoso em pacientes acamados devido a doenças agudas incluindo insuficiência cardíaca, falência respiratória, infecções severas e doenças reumáticas; Prevenção da formação de trombo na circulação extracorpórea durante a hemodiálise. Com dispositivo de segurança)	448982	SERINGA PREENCHIDA 0,8ML	2000	2000	R\$ 49,17	R\$ 98.340,00
40	Escina Composição: Associada Ao Salicilato De Dietilamônio, Concentração: 10 Mg/G + 50 MG/G,	440199	BISNAGA	500	500	R\$ 35,53	R\$ 17.765,00
41	ESMOLOL 10 MG	272194	AMP 10 ML	200	200	R\$ 72,47	R\$ 14.494,00
42	ESPIRONOLACTONA 25MG	267653	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,42	R\$ 252,00
43	FENILEFRINA 10% COLÍRIO	271790	FR 5ML	100	100	R\$ 40,25	R\$ 4.025,00
44	FENILEFRINA 10MG/ML	274573	AMP 1ML	500	500	R\$ 11,48	R\$ 5.740,00
45	FENITOÍNA 100MG	267657	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,25	R\$ 150,00

46	FENOTEROL 5MG/ML GOTAS	396471	FR 20ML	500	500	R\$ 6,90	R\$ 3.450,00
47	FENTANILA 0,05MG/ML	271950	AMP 2ML	1000	1000	R\$ 3,15	R\$ 3.150,00
48	FILGASTRIM 300MCG	300412	SERINGA PREENCHIDA 0,5ML	300	300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
49	FUROSEMIDA 40MG	267663	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,22	R\$ 110,00
50	GLICOSE 5%	357880	BOLSA 250 ML	5000	5000	R\$ 5,31	R\$ 26.550,00
51	GLICONATO DE CÁLCIO 10%	270019	AMP 10ML	2000	2000	R\$ 2,12	R\$ 4.240,00
52	HALOPERIDOL 5 MG	267669	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,32	R\$ 320,00
53	HALOPERIDOL 2MG/ML	292195	GOTAS FR 20ML	50	50	R\$ 4,95	R\$ 247,50
54	HIDRALAZINA 50MG	268112	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,64	R\$ 320,00
55	HIDRALAZINA 20MG	268115	AMP	500	500	R\$ 6,50	R\$ 3.250,00
56	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SOL 6% SOLUÇÃO ORAL	433257	FRASCO 100ML	200	200	R\$ 8,29	R\$ 1.658,00
57	HIPROMELOSE 3 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	373909	FRASCO 10 ML	50	50	R\$ 24,30	R\$ 1.215,00
58	HIPROMELOSE + DEXTRANO+ GLICEROL 0,3%+0,1% COLÍRIO	312390	FRASCO 15ML	30	30	R\$ 20,20	R\$ 606,00
59	IMUNOGLOBULINA HUMANA 5% 5G	455199	FRASCO AMPOLA	30	30	R\$ 1.900,00	R\$ 57.000,00
60	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTITETÂNICA 250UI	448985	1 ML	15	15	R\$ 87,75	R\$ 1.316,25
61	INSULINA NPH 100UI/ML	442012	FR 10ML	50	50	R\$ 56,00	R\$ 2.800,00

62	INSULINA REGULAR 100UI /ML	442011	FR 10ML	50	50	R\$ 96,43	R\$ 4.821,50
63	IPRATRÓPIO 0,250MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	268331	FR 20ML	50	50	R\$ 7,66	R\$ 383,00
64	ISOSSORBIDA 5MG	273395	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,46	R\$ 230,00
65	ISOSSORBIDA 20 MG	273400	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,30	R\$ 150,00
66	LEVOMEPROMAZINA 100MG	268129	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,75	R\$ 450,00
67	LEVOMEPROMAZINA 25MG	268128	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,60	R\$ 360,00
68	LEVOMEPROMAZINA 4% SOLUÇÃO ORAL	268130	FR 20ML	50	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
69	LEVONORGESTREL 52MG SISTEMA INTRAUTERINO COM INSERTOR	295856	UNIDADE	50	50	R\$ 1.207,08	R\$ 60.354,00
70	LEVOTIROXINA 88MG	296649	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,50	R\$ 300,00
71	LEVOTIROXINA 25MG	268124	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,34	R\$ 204,00
72	LIDOCAÍNA 2% SEM vasoconstritor, frasco com 20ml, em embalagem estéril individual, estojo individual, para uso epidural.	269843	FR 20ML	500	500	R\$ 17,06	R\$ 8.530,00
73	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA COM vasoconstritor 2%, frasco com 20ml, em embalagem estéril individual, estojo individual, para uso epidural.	269852	FR 20ML	300	300	R\$ 14,56	R\$ 4.368,00
74	LINEZOLIDA 600MG	273413	BOLSA 300ML	100	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
75	MACROGOL + COMPONENTES (BICARBONATO DE SÓDIO; CLORETO DE POTÁSSIO; CLORETO DE SÓDIO) 14G	293981	SACHÊ	300	300	R\$ 3,30	R\$ 990,00

76	MESALAZINA 800MG	292238	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 2,42	R\$ 726,00
77	METADONA 5MG	268092	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,91	R\$ 273,00
78	METILDOPA 250MG	267689	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,55	R\$ 165,00
79	METILPREDINISOLONA 125MG	271600	FR AMP 2ML	300	300	R\$ 13,50	R\$ 4.050,00
80	METILPREDINISOLONA 500MG	271599	FR AMP 8ML	300	300	R\$ 29,99	R\$ 8.997,00
81	MIDAZOLAM 15MG	272817	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 2,50	R\$ 1.500,00
82	MIDAZOLAM 5MG/ML 50MG	268481	AMP 10ML	500	500	R\$ 3,68	R\$ 1.840,00
83	MORFINA 30MG	271391	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 2,58	R\$ 1.548,00
84	MORFINA 0,2MG	304872	AMP 1 ML	600	600	R\$ 6,25	R\$ 3.750,00
85	NALBUFINA 10MG	268501	AMP 1ML	600	600	R\$ 14,80	R\$ 8.880,00
86	OXACICLINA 500MG	268513	FR AMP	1000	1000	R\$ 5,20	R\$ 5.200,00
87	PIRIMETAMINA 25MG	268158	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,13	R\$ 78,00
88	POLIMIXINA B 500 000 UI	268971	FR AMP	200	200	R\$ 14,69	R\$ 2.938,00
89	NALOXONA 0,4MG	272326	AMP 1ML	300	300	R\$ 7,76	R\$ 2.328,00
90	OCITOCINA 5 UI	268277	1 ML	200	200	R\$ 6,60	R\$ 1.320,00
91	PETIDINA 100MG	272329	FR AMP 2ML	300	300	R\$ 14,34	R\$ 4.302,00
92	PILOCARPINA 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	271353	FR 10ML	30	30	R\$ 33,33	R\$ 999,90
93	POLICRESULENO + CINCHOCAÍNA 50MG/G + 10MG/G POMADA RETAL	367725	BISNAGA 30G	30	30	R\$ 82,00	R\$ 2.460,00
94	PREDNISONA 5MG	267741	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,11	R\$ 55,00

95	PROPAFENONA 300MG	272412	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 1,06	R\$ 318,00
96	PROPARACAÍNA (PROXIMETACAÍNA) 0,5% COLÍRIO	269571	FR 5ML	30	30	R\$ 17,61	R\$ 528,30
97	PROPOFOL SERINGA 20 ML 1%	448762	SERINGA 20ML	50	50	R\$ 13,95	R\$ 697,50
98	QUETIAPINA 50MG	390005	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 5,83	R\$ 2.915,00
99	REMIFENTANIL 2MG	268973	FR AMP	500	500	R\$ 23,50	R\$ 11.750,00
100	RETINOL + AA + CLORANFENICOL 10000UI + 2,5% + 0,5% POMADA OFTÁLMICA	274918	BISNAGA 3,5 G	50	50	R\$ 18,87	R\$ 943,50
101	RISPERIDONA 1MG	272839	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,20	R\$ 120,00
102	SERTRALINA 50MG	272365	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,20	R\$ 120,00
103	SEVOFLURANO 1ML/ML LÍQUIDO INALANTE	308877	FR 250ML	100	100	R\$ 317,00	R\$ 31.700,00
104	SORBITOL + LAURILSSUFATO 70% ENEMA	365454	BISNAGA 6,5 G	30	30	R\$ 7,37	R\$ 221,10
105	SUFENTANIL 50 MCG/ML COM EMBALAGEM ESTÉRIL INDIVIDUAL	449401	AMP 1 ML	300	300	R\$ 24,09	R\$ 7.227,00
106	TEICOPLANINA 400MG	268528	FR AMP	300	300	R\$ 44,15	R\$ 13.245,00
107	TETRACAÍNA + FENILEFRINA 1% + 0,1% COLÍRIO	396853	FRASCO 10ML	60	60	R\$ 35,00	R\$ 2.100,00
108	TIAMINA + PIRODOXINA + CIANOCOBALAMINA 100MG + 100MG + 5000MG	270813	AMP 2ML	300	300	R\$ 4,52	R\$ 1.356,00
109	TICAGRELOR 90MG	400852	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 6,04	R\$ 3.020,00

110	TIGECILINA 50MG	331539	FR AMP	100	100	R\$ 64,45	R\$ 6.445,00
111	TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	272581	FR 5ML	30	30	R\$ 7,88	R\$ 236,40
112	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	274561	FR 5ML	130	130	R\$ 21,39	R\$ 2.780,70
113	PARECOXIBE 40MG	273939	FR AMP	100	100	R\$ 35,80	R\$ 3.580,00
114	VALPROATO DE SÓDIO 500MG	328530	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,79	R\$ 237,00
115	VANCOMICINA 500MG	268540	FR AMP	1000	1000	R\$ 5,84	R\$ 5.840,00
116	VERAPAMIL 2,5MG/ML	267424	AMP 2ML	200	200	R\$ 18,30	R\$ 3.660,00
117	METOPROLOL 5MG/5ML	345259	AMP 5ML	50	50	R\$ 20,77	R\$ 1.038,50
118	METILPREDINISOLONA 40MG/ML	299690	FR AMP	300	300	R\$ 20,85	R\$ 6.255,00
119	ACIDO AMINOCAPROICO 1G	278646	F/A	200	200	R\$ 32,10	R\$ 6.420,00
120	CLORPROMAZINA 100MG	267638	COMPRIMIDO	300	300	0,41	R\$ 123,00
121	ENALAPRIL 5MG	267650	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,09	R\$ 90,00
122	FLEET ENEMA 160MG/ML + 60MG/ML	267328	FRASCO 130ML	600	600	R\$ 7,89	R\$ 4.734,00
123	LEVOBUPIVACAÍNA 0,5 % SEM VASOCONSTRITOR, COM EMBALAGEM ESTÉRIL INDIVIDUAL	268471	FR AMP 20 ML	600	600	R\$ 35,00	R\$ 21.000,00
124	CETAMINA 50MG/ML	602763	AMP 2ML	100	100	R\$ 22,99	R\$ 2.299,00
125	LEVOBUPIVACAÍNA 0,5 % COM VASOCONSTRITOR, COM EMBALAGEM ESTÉRIL INDIVIDUAL	305264	FR AMP 20 ML	100	100	R\$ 34,38	R\$ 3.438,00

126	METARAMINOL 10MG/ML	442581	AMP 1ML	100	100	R\$ 19,53	R\$ 1.953,00
127	TRIANCINOLONA ACETONIDA 40MG/ML SUSPENSÃO INJ	436536	FR 1ML	100	100	R\$ 89,01	R\$ 8.901,00
128	ACIDO ASCORBICO 500MG	271691	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,84	R\$ 840,00
129	ÁGUA DESTILADA 500ML	315056	FR 500ML	4000	4000	R\$ 8,41	R\$ 33.640,00
130	ALBENDAZOL 400MG	459822	COMPRIMIDO	2000	2000	R\$ 0,55	R\$ 1.100,00
131	AMIODARONA 150MG	271710	AMP 3ML	800	800	R\$ 3,75	R\$ 3.000,00
132	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G	442689	FR AMP	1000	1000	R\$ 11,96	R\$ 11.960,00
133	BETAMETASONA 3MG + 3MG	270597	AMP 1ML	200	200	R\$ 8,32	R\$ 1.664,00
134	BROMOPRIDA 10MG	269954	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,43	R\$ 430,00
135	CARBIDOPA + LEVODOPA 250MG / 25MG	270130	COMPRIMIDO	100	100	R\$ 0,64	R\$ 64,00
136	CEFAZOLINA 1G	442693	FR AMP	1000	1000	R\$ 4,65	R\$ 4.650,00
137	CETILPIRIDÍNEO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO BUCAL	430105	FRASCO 250 ML	300	300	R\$ 15,00	R\$ 4.500,00
138	CETOPROFENO 100MG	448844	FR AMP	4000	4000	R\$ 4,00	R\$ 16.000,00
139	CIPROFLOXACINO 500MG	355338	COMPRIMIDO	2000	2000	R\$ 0,30	R\$ 600,00
140	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%	267162	AMP 10ML	1000	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
141	COLAGENASE 0,6UI/G POMADA	268958	BISNAGA 30G	500	500	R\$ 17,99	R\$ 8.995,00
142	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/G + 0,1G/G	270495	BISNAGA 30G	400	400	R\$ 17,82	R\$ 7.128,00

143	DEXCLOFENIRAMINA 0,4MG /ML XAROPE	298454	FRASCO 120ML	200	200	R\$ 4,61	R\$ 922,00
144	DICLOFENACO POTASSIO 50MG	270992	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 0,35	R\$ 210,00
145	DIGOXINA 0,25MG	267647	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,32	R\$ 320,00
146	DIMETICONA 40MG	269592	COMPRIMIDO	1000	1000	R\$ 0,17	R\$ 170,00
147	DIMETICONA 75MG/ML EMULSÃO ORAL	392118	GOTAS 10 ML	1000	1000	R\$ 1,91	R\$ 1.910,00
148	ENOXAPARINA 20 MG/0, 2ML SERINGA PRE-ENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA (medicamento destinado para: Tratamento da trombose venosa profunda com ou sem embolia pulmonar; Profilaxia do tromboembolismo venoso, em particular aqueles associados à cirurgia ortopédica ou à cirurgia geral; Profilaxia do tromboembolismo venoso em pacientes acamados devido a doenças agudas incluindo insuficiência cardíaca, falência respiratória, infecções severas e doenças reumáticas; Prevenção da formação de trombo na circulação extracorpórea durante a hemodiálise. Com dispositivo de segurança)	448982	SERINGA PREENCHIDA 0,2ML	2000	2000	R\$ 13,17	R\$ 26.340,00
149	ERITROPOETINA 4000 UI	465319	AMP 1ML	500	500	R\$ 20,52	R\$ 10.260,00
150	ERTAPENEM 1G	274149	FR AMP	100	100	R\$ 165,50	R\$ 16.550,00
151	FEXOFENADINA 120MG	270798	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 1,13	R\$ 678,00
152	HEPARINA 5000UI	272796	FR AMP 5ML	500	500	R\$ 18,29	R\$ 9.145,00
153	HEPARINA 5000UI	272796	AMP 0,25ML	500	500	R\$ 7,00	R\$ 3.500,00

154	MANITOL 20% BOLSA SISTEMA FECHADO	299675	BOLSA 250ML	1000	1000	R\$ 8,50	R\$ 8.500,00
155	MEROPENEM 1G	268488	FR AMP	800	800	R\$ 15,80	R\$ 12.640,00
156	METRONIDAZOL 250MG	267717	COMPRIMIDO	800	800	R\$ 0,22	R\$ 176,00
157	OMEPRAZOL 20 MG	267712	CÁPSULA	3000	3000	R\$ 0,09	R\$ 270,00
158	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML	273457	AMP 1ML	600	600	R\$ 1,30	R\$ 780,00
159	NISTATINA 100000UI/ML SUSPENSÃO ORAL	267378	FRASCO 50ML	100	100	R\$ 5,63	R\$ 563,00
160	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25MG/ML	273719	AMP 2ML	300	300	R\$ 18,79	R\$ 5.637,00
161	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL	267777	FR 15 ML	400	400	R\$ 1,72	R\$ 688,00
162	PREDNISOLONA , FOSFATO SÓD DE 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL	448595	FR 60ML	50	50	R\$ 5,13	R\$ 256,50
163	PROPOFOL 10MG/ML	448761	AMP 20ML	500	500	R\$ 13,00	R\$ 6.500,00
164	QUETIAPINA 25MG	272831	COMPRIMIDO	500	500	R\$ 0,14	R\$ 70,00
165	SACCHAROMICES BOULARDI 100MG	449022	CÁPSULA	1000	1000	R\$ 1,27	R\$ 1.270,00
166	SACCHAROMICES BOULARDI 100 MILHÕES /ML SUSPENSÃO ORAL	449026	FLACONETE 5 ML	600	600	R\$ 6,08	R\$ 3.648,00
167	SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE	292331	FR 120ML	200	200	R\$ 4,67	R\$ 934,00
168	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%	268076	AMP 10ML	600	600	R\$ 1,31	R\$ 786,00
169	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%	268075	AMP 10ML	600	600	R\$ 6,12	R\$ 3.672,00

170	TRAMADOL 50MG	268534	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,24	R\$ 72,00
171	VALSARTANA 80MG	274438	COMPRIMIDO	600	600	R\$ 1,40	R\$ 840,00
172	VASOPRESSINA 20UI/ML	332917	AMP 1ML	200	200	R\$ 26,97	R\$ 5.394,00
173	SECNIDAZOL 1000MG	268299	COMPRIMIDO	800	800	R\$ 1,43	R\$ 1.144,00
174	DEXA-CITONEURIM 4 MG (CIANOCOBALAMINA)	270814	AMPOLA 2,5 ML	300	300	R\$ 19,00	R\$ 5.700,00
175	DOBUTAMINA 250MG	268446	AMP 20ML	600	600	R\$ 6,28	R\$ 3.768,00
176	FITOMENADIONA 50MG/ML	292399	AMP 1ML	600	600	R\$ 2,50	R\$ 1.500,00
177	FLUMAZENIL 0,5MG	268510	AMP 5ML	500	500	R\$ 6,49	R\$ 3.245,00
178	FLUORESCEÍNA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	272944	FR 3ML	30	30	R\$ 18,00	R\$ 540,00
179	QUETIAPINA 100MG	272832	COMPRIMIDO	400	400	R\$ 0,60	R\$ 240,00
180	CEFEPIMA 1G	339846	FR AMP	2000	2000	R\$ 8,41	R\$ 16.820,00
181	ARNICA 2,2MG + ASSOCIAÇÕES SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,2ML (2,2 mg de Arnica montana D2 dil.; 2,2 mg de Calendula officinalis D2 dil.; 2,2mg de Chamomilla recutita D3 dil.; 2,2 mg de Symphytum officinale D6 dil.; 2,2 mg de Achillea millefolium D3 dil.; 2,2 mg de Atropa belladonna D2 dil.; 1,32 mg de Aconitum napellus D2 dil.; 1,1 mg de Bellis perennis D2 dil.; 0,66 mg de Hypericum perforatum D2 dil.; 0,55 mg de Echinacea D2 dil.; 0,55 mg de Echinacea purpurea D2 dil.; 0,22 mg de Hamamelis virginiana D1 dil.; 1,1 mg de Mercurius solubilis Hahnemanni D6 dil. e 2,2 mg de Hepar sulfuris D6 dil., em solução isotônica (19,4 mg de cloreto de sódio e água para injetável qsp).	619458	AMP 2,2ML	50	50	R\$ 27,19	R\$ 1.359,50

182	OXIBUPROCAÍNA 4 MG/ML Solução Oftalmológica colírio anestésico	296120	FR 10ML	50	50	R\$ 25,90	R\$ 1.295,00
183	PARACETAMOL 10 MG/ML, Injetável	483776	FR 100ml	1000	1000	R\$ 23,87	R\$ 23.870,00
184	Degarelix Composição: Sal Acetato , Concentração: 80 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável , Características Adicionais: Com Sistema De Aplicação	435231	Frasco-Ampola	10	10	R\$ 586,26	R\$ 5.862,60
185	Erlotinibe Dosagem: 150 M	312569	Comprimido	360	360	R\$ 180,00	R\$ 64.800,00
186	Tamoxifeno Citrato Dosagem: 20 M	272023	Comprimido	720	720	R\$ 1,00	R\$ 720,00
187	Leuprorrelina Acetato Concentração: 22,5 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P /Injetável	305259	SERINGA 1 ML	50	50	R\$ 753,00	R\$ 37.650,00
188	Leuprorrelina Acetato Concentração: 45 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P /Injetável , Característica Adicional: C/ Sistema De Aplicação	432915	SERINGA 1 ML	15	15	R\$ 1.370,84	R\$ 20.562,60
189	Pembrolizumabe Concentração: 25 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	440269	Frasco 4 Mililitro	18	18	R\$ 16.022,70	R\$ 288.408,60
190	Ácido Zoledrônico Concentração: 4 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	338411	Frasco-Ampola	30	30	R\$ 56,00	R\$ 1.680,00
191	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,15 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	340206	Ampola 1 Mililitro	600	600	R\$ 7,58	R\$ 4.548,00
192	Metadona Dosagem: 5 M	268092	Comprimido	300	300	R\$ 0,61	R\$ 183,00

193	Atenolol Dosagem: 50 M	267517	Comprimido	1000	1000	R\$ 0,12	R\$ 120,00
194	Hidralazina Dosagem: 25 M	268111	Comprimido	1000	1000	R\$ 0,46	R\$ 460,00
195	DANTROLENO SÓD 20MG	272475	FR AMP	60	60	R\$ 367,95	R\$ 22.077,00
196	BUPIVACAÍNA 0,5MG/ML ampola em embalagem estéril individual, estojo individual	270096	AMP 20ML	600	600	R\$ 25,31	R\$ 15.186,00
197	PROPATILNITRATO 10MG	273135	COMPRIMIDO	300	300	R\$ 0,67	R\$ 201,00
198	PROTAMINA 1%	272362	AMP 5ML	300	300	R\$ 5,84	R\$ 1.752,00
199	PROMETAZINA 50MG	267769	AMP 2ML	800	800	R\$ 3,20	R\$ 2.560,00

1.1.1.1. *Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).*

Item	HGUPV	5° BEC	17° Bda Inf SI	6° BIS	54° BIS	17° Blog SI	Total
1	600	100	0	0	0	0	700
2	500	500	0	0	50	0	1050
3	300	30	0	0	20	0	350
4	500	100	0	0	100	0	700
5	1000	50	0	0	100	0	1150
6	1000	500	0	0	200	60	1760
7	600	50	0	0	0	0	650
8	300	100	0	0	50	0	450
9	500	50	0	0	0	0	550
10	100	50	0	0	1000	100	1250

11	1000	80	0	0	0	0	1080
12	500	50	0	0	0	0	550
13	200	100	0	0	0	0	300
14	300	60	0	0	0	0	360
15	100	100	0	0	500	100	800
16	300	500	0	0	1000	0	1800
17	600	50	0	0	0	0	650
18	600	50	0	0	0	0	650
19	600	150	0	0	100	0	850
20	2000	200	200	0	50	0	2450
21	30	400	0	0	0	0	430
22	30	100	0	0	500	0	630
23	2000	60	0	0	1000	0	3060
24	30	200	200	0	500	0	930
25	1000	100	0	0	0	0	1100
26	3000	100	100	0	500	0	3700
27	600	100	0	0	0	0	700
28	1000	100	0	0	0	0	1100
29	300	100	0	0	0	0	400
30	300	200	0	0	100	0	600
31	300	100	0	0	50	0	450
32	50	100	0	0	50	0	200
33	1000	100	0	0	200	100	1400

34	600	200	0	0	0	0	800
35	500	100	0	0	500	0	1100
36	1000	200	0	0	500	0	1700
37	1000	100	0	0	100	0	1200
38	2000	0	0	0	10	0	2010
39	2000	0	0	0	10	0	2010
40	500	0	0	0	0	0	500
41	200	0	0	0	0	0	200
42	600	0	0	0	0	0	600
43	100	200	0	0	100	0	400
44	500	100	0	0	0	0	600
45	600	200	0	0	200	0	1000
46	500	60	0	0	200	0	760
47	1000	60	0	0	200	0	1260
48	300	60	0	0	0	0	360
49	500	300	0	0	200	100	1100
50	5000	100	100	0	500	250	5950
51	2000	100	0	0	0	0	2100
52	1000	150	0	0	100	0	1250
53	50	150	0	0	100	0	300
54	500	300	0	0	100	0	900
55	500	150	0	0	100	0	750

56	200	200	0	500	300	0	1200
57	50	200	0	0	300	0	550
58	30	200	0	0	300	0	530
59	30	0	0	0	0	0	30
60	15	60	0	0	0	0	75
61	50	60	0	0	100	0	210
62	50	60	0	0	100	100	310
63	50	60	0	0	300	0	410
64	500	300	0	0	0	0	800
65	500	300	0	0	0	0	800
66	600	300	0	0	0	0	900
67	600	300	0	0	0	0	900
68	50	60	0	0	0	0	110
69	50	0	0	0	0	0	50
70	600	0	0	0	0	0	600
71	600	0	0	0	0	0	600
72	500	100	100	300	200	100	1300
73	300	60	0	0	200	100	660
74	100	0	0	0	0	0	100
75	300	0	0	0	300	0	600
76	300	0	0	0	0	0	300
77	300	0	0	0	100	0	400
78	300	0	0	0	100	100	500

79	300	0	0	0	100	0	400
80	300	0	0	0	100	0	400
81	600	200	0	0	200	0	1000
82	500	200	200	0	100	100	1100
83	600	100	0	0	100	0	800
84	600	50	0	0	500	0	1150
85	600	0	0	0	0	0	600
86	1000	0	0	0	0	0	1000
87	600	100	0	0	500	0	1200
88	200	0	0	0	0	0	200
89	300	0	0	0	100	100	500
90	200	0	0	0	0	0	200
91	300	0	0	0	0	0	300
92	30	0	0	0	0	0	30
93	30	0	0	0	100	0	130
94	500	100	100	500	1000	0	2200
95	300	0	0	0	0	0	300
96	30	0	0	0	0	0	30
97	50	10	10	0	0	0	70
98	500	500	0	0	500	0	1500
99	500	0	0	0	100	0	600
100	50	200	0	0	300	0	550

101	600	0	0	0	100	0	700
102	600	300	0	0	500	0	1400
103	100	0	0	0	0	0	100
104	30	0	0	0	100	0	130
105	300	50	50	0	100	0	500
106	300	0	0	0	0	0	300
107	60	0	0	0	0	0	60
108	300	0	0	0	1000	0	1300
109	500	0	0	0	0	0	500
110	100	0	0	0	0	0	100
111	30	0	0	0	0	0	30
112	130	0	0	0	0	0	130
113	100	0	0	0	100	0	200
114	300	0	0	0	300	0	600
115	1000	0	0	0	100	0	1100
116	200	0	0	0	0	0	200
117	50	0	0	0	0	0	50
118	300	0	0	0	100	0	400
119	200	0	0	0	100	0	300
120	300	0	0	0	200	0	500
121	1000	200	0	0	0	0	1200
122	600	0	0	0	100	0	700
123	600	0	0	0	200	0	800

124	100	0	0	0	100	0	200
125	100	0	0	0	200	0	300
126	100	0	0	0	0	0	100
127	100	0	0	0	100	0	200
128	1000	500	0	1000	500	0	3000
129	4000	50	0	0	200	300	4550
130	2000	400	400	700	1000	400	4900
131	800	50	50	0	300	100	1300
132	1000	0	0	0	0	0	1000
133	200	50	0	0	500	0	750
134	1000	300	0	600	1000	0	2900
135	100	100	0	0	0	0	200
136	1000	0	0	0	500	0	1500
137	300	50	0	0		0	350
138	4000	100	100	400	1000	0	5600
139	2000	200	0	1000	2000	0	5200
140	1000	0	0	0	100	300	1400
141	500	100	100	0	300	0	1000
142	400	50	0	300	300	0	1050
143	200	100	100	500	500	0	1400
144	600	500	0	0	2000	0	3100
145	1000	0	0	0	0	0	1000

146	1000	100	100	0	1000	0	2200
147	1000	60	0	0	1000	0	2060
148	2000	0	0	0	20	0	2020
149	500	0	0	0	0	0	500
150	100	0	0	0	0	0	100
151	600	200	0	0	200	0	1000
152	500	0	0	0	100	0	600
153	500	0	0	0	100	0	600
154	1000	0	0	0	50	0	1050
155	800	0	0	0	0	0	800
156	800	100	0	0	2000	0	2900
157	3000	200	200	500	1000	500	5400
158	600	0	0	0	0	0	600
159	100	50	0	0	500	0	650
160	300	0	0	0	100	0	400
161	400	100	0	0	200	0	700
162	50	50	0	0	200	0	300
163	500	10	10	0	0	0	520
164	500	200	0	0	500	0	1200
165	1000	400	400	500	1000	0	3300
166	600	200	200	2000	1000	0	4000
167	200	60	0	300	500	0	1060
168	600	0	0	0	500	0	1100

169	600	0	0	0	500	0	1100
170	300	300	0	0	500	200	1300
171	600	100	0	0	0	0	700
172	200	0	0	0	100	0	300
173	800	100	100	0	200	0	1200
174	300	0	0	0	500	0	800
175	600	0	0	0	0	0	600
176	600	0	0	0	100	0	700
177	500	0	0	0	100	0	600
178	30	0	0	0	0	0	30
179	400	300	0	0	500	0	1200
180	2000	0	0	0	100	0	2100
181	50	0	0	0	0	0	50
182	50	0	0	0	100	0	150
183	1000	50	0	0	500	200	1750
184	10	0	0	0	0	0	10
185	360	0	0	0	0	0	360
186	720	0	0	0	0	0	720
187	50	0	0	0	0	0	50
188	15	0	0	0	0	0	15
189	18	0	0	0	0	0	18
190	30	0	0	0	0	0	30

191	600	0	0	0	0	0	600
192	300	0	0	0	0	0	300
193	1000	0	0	0	0	0	1000
194	1000	0	0	0	0	0	1000
195	60	50	0	0	0	0	110
196	600	50	0	0	0	0	650
197	300	0	0	0	0	0	300
198	300	0	0	0	0	0	300
199	800	100	100	500	500	0	2000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A3]

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A5]

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000096/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 03/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 70;
- IV) Classe/Grupo: 6505;
- V) Identificador da Futura Contratação: 160351-33/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Apresentação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação: o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

Garantia da contratação[A8]

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Não haverá reserva de cotas por se tratar de uma republicação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho (NE), em remessa única.*

5.2. *Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:*

Hospital de Guarnição de Porto Velho - Rua Rui Barbosa, nº 409, Centro, CEP 76801-010 - Porto Velho/RO, de segunda a sexta-feira das 07:00h às 11:30h.

Cmdo 17ª Bda Inf SI - Avenida Rogério Weber, nº 3050 – Bairro Militar – Porto Velho/RO - CEP 76.804-660. Segunda-feira a quinta-feira nos horários pela manhã: 07h30min às 11h30min e parte da tarde nos horários de 13h30min às 16h30min; na sexta-feira no horário de 07h30min às 11h30min.

17º Batalhão Logístico de Selva - Avenida Duque de Caxias, nº 935 - Bairro Caiari - Porto Velho - RO CEP 78900-040. Segunda-feira a quinta-feira nos horários pela manhã: 07h30min às 11h30min e parte da tarde nos horários de 13h30min às 16h30min; na sexta-feira no horário de 07h30min às 11h30min.

5º Batalhão de Engenharia de Construção – 5º BEC - Avenida Rogerio Weber, nº 01, Vila militar, Porto Velho-RO, CEP: 76804-900, das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 15:30 horas e nas sextas-feiras das 07:30 às 11:30min.

54º Batalhão de Infantaria de Selva - Rua Rui Barbosa, nº 409, Centro, CEP 76801-010 - Porto Velho/RO, de segunda a sexta-feira das 07:00hàs 11:30h.

6º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - Rua Rui Barbosa, nº 409, Centro, CEP 76801-010 - Porto Velho/RO, de segunda a sexta-feira das 07:00hàs 11:30h.

5.2.1. O desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

5.2.2. Por se tratar de medicamentos considerados especiais, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.2.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]

5.3. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A5]*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **XXXX** de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A11]

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação[A3]

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]*

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.989.241,15 (Um milhão novecentos e oitenta e nove mil e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/160351

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 215842

IV) Elemento de Despesa: 339030

V) Plano Interno: D8SAFCTUGPD

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].[A1]

Porto Velho, 24 de abril de 2026.

TAMARA SILVA MARTINS

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias (cinco dias), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 dias.[A5]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9] ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Porto Velho Seção Judiciária do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TAMARA SILVA MARTINS
Presidente da Equipe de Planejamento e Contratação